

DESENVOLVIMENTO LOCAL EM TEMPOS DE TRANSIÇÃO

COMUNIDADES, IMPACTO E DEMOCRACIA ECONÓMICA

Discurso de Abertura — Dia do Desenvolvimento Local 2026

Excelentíssimo Senhor Secretário de Estado Adjunto e do Trabalho, Dr. Adriano Moreira,
Excelentíssimo Senhor Presidente do Conselho Diretivo do IEFP, Dr. Domingos Lopes,

Distintas autoridades, representantes de instituições europeias e nacionais, ilustres
oradores, parceiros, congressistas, caras e caros associados da Rede Animar:

Muito obrigada por nos honrarem com a vossa presença e estima.

Sejam bem-vindas e bem-vindos ao Dia do Desenvolvimento Local 2026.

Hoje vivemos um momento duplamente festivo: reunimo-nos para o nosso debate anual e
assinalamos, precisamente neste dia 17 de setembro, o **33.º aniversário da Animar**,
dando força e um novo vigor a décadas de trabalho e de participação, valorizando a ação
do Desenvolvimento Local em Portugal.

Desde a sua criação, em 1993, que a Animar tem mantido acesa a chama da democracia
participativa e o compromisso com a liberdade, a cidadania e a coesão territorial,
impulsionada pelo empenho de cidadãos, cidadãs e organizações da sociedade civil
dedicados a afirmar e valorizar o Desenvolvimento Local em Portugal.

Celebrar este dia é reconhecer e encorajar o seu trabalho e ativismo. É, também, reafirmar
o compromisso da rede Animar em fazer acontecer, em ajudar a mudar a vida das
pessoas, a melhorar os nossos territórios e comunidades. Sempre em proximidade,
cooperação e diálogo com Todos: pessoas, comunidades e entidades parceiras públicas
e privadas.

Como afirmei em anos anteriores neste mesmo fórum, somos herdeiros dos valores de
abril e continuamos empenhados em manter vivas as madrugadas de esperança,
afirmando no terreno o compromisso que guia a nossa ação: **Proximidade e Diálogo,**
Antecipar o Futuro, Fazer Acontecer.

Passados mais de trinta anos, as organizações da Rede Animar estão ativas em cerca de
80% dos Concelhos em todo o território continental e nas Ilhas, com atividades que
contribuem para quase todos os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável. E o efeito
multiplicador é conhecido: cada euro investido nestes territórios gera cerca de quatro euros
na economia local.

DESENVOLVIMENTO LOCAL EM TEMPOS DE TRANSIÇÃO

COMUNIDADES, IMPACTO E DEMOCRACIA ECONÓMICA

Subordinamos o nosso encontro de 2026 ao tema “**Desenvolvimento Local em Tempos de Transição: Comunidades, Impacto e Democracia Económica**”.

Atravessamos um período de transições aceleradas — digitais, ecológicas, demográficas e sociais. Perante estes desafios globais, a nossa mensagem política é inequívoca: **as grandes transições só serão justas e coesas se colocarem as pessoas no centro e forem construídas com as comunidades**. O desenvolvimento sustentável não se decreta de cima para baixo; edifica-se de baixo para cima, a partir da identidade e das soluções concretas de cada território.

Como afirmava Rui Vilar ao refletir sobre o papel da sociedade civil e da filantropia, *as organizações da Economia Social não são meras prestadoras de serviços assistenciais ou suplementos do Estado, mas sim pilares essenciais da regulação democrática, do equilíbrio social e do pluralismo económico*.

De acordo com a Conta Satélite da Economia Social de 2020, o Valor Acrescentado Bruto (VAB) da Economia Social (ES) representou 3,2% do VAB da economia nacional, mais de 5% do emprego e agrega mais de 73 mil entidades, demonstrando um efeito multiplicador imparável pelo retorno que gera na economia local.

E não é só em Portugal. Na revisão intercalar do Plano de Ação Europeu para a Economia Social, apresentada em março deste ano, a própria Comissão Europeia reconhece que existem na União Europeia mais de 4,3 milhões de entidades de economia social, responsáveis por, pelo menos, 11,5 milhões de postos de trabalho — cerca de 6,3% do emprego total europeu.

Reafirmamos aqui e hoje aquilo que repetidamente temos vindo a defender: **a economia social não é o apêndice social da economia. É economia**. E o desenvolvimento local não é uma política de compensação para territórios que não conseguiram acompanhar. É uma política de criação de valor onde o mercado, sozinho, não chega.

Esta visão encontra eco nas conclusões da ciência económica contemporânea, consagradas no **Prémio Nobel da Economia de 2025 atribuído a Joel Mokyr, Philippe Aghion e Peter Howitt**. *A lição central que a economia moderna nos deixa é que o progresso técnico e o crescimento duradouro dependem criticamente da qualidade das instituições inclusivas e da resiliência das estruturas comunitárias. Sem coesão territorial, sem democracia económica e sem instituições sociais fortes, a inovação acelera a rutura e a transição gera exclusão*.

As políticas públicas são o coração da vida democrática.

DESENVOLVIMENTO LOCAL EM TEMPOS DE TRANSIÇÃO

COMUNIDADES, IMPACTO E DEMOCRACIA ECONÓMICA

Em 2024 e 2025, defendemos neste mesmo palco a urgência de colocar o Desenvolvimento Local no centro da agenda política nacional e europeia.

Senhor Secretário de Estado, caros convidados e parceiros,

A Rede Animar tem uma presença territorial significativa, com uma cobertura total de todas as NUT III. Acrescente-se, ainda, que a rede Animar integra entre as suas associadas coletivas 10 organizações de âmbito nacional e 5 de âmbito internacional. e Não somos a periferia; somos a força estruturante da coesão nacional. Em tempos de incerteza e transição, reafirmamos que o futuro de Portugal se constrói com territórios vivos, Economia Social forte e democracia participativa plena.

Hoje, mais uma vez, não nos ficamos pelos diagnósticos ou pelas reivindicações: apresentamos propostas concretas.

Dito isto, permitam-me ser muito clara quanto ao momento em que estamos.

2026 não é um ano qualquer. Está em negociação o Quadro Financeiro Plurianual 2028-2034, e a proposta em cima da mesa altera profundamente a arquitetura dos fundos: a política de coesão, a política agrícola e as pescas passam a integrar um plano único por Estado-membro, negociado bilateralmente entre a Comissão e cada capital. Catorze programas concentram-se num só.

Podemos discutir as vantagens da simplificação. O que não podemos ignorar é a consequência prática: quando tudo cabe numa bolsa comum, aquilo que não estiver expressamente escrito deixa de existir. E quem não tiver assento à mesa da negociação nacional deixa de ter voz durante sete anos.

Teremos hoje uma mensagem da Senhora Deputada Carla Tavares, co-relatora do Parlamento Europeu para o próximo Quadro Financeiro Plurianual, e a quem pretendemos fazer chegar esta mensagem.

Defendemos três ideias para o **próximo ciclo europeu**:

Primeira — que as abordagens territoriais integradas e o desenvolvimento local de base comunitária sejam obrigatórios, e não facultativos, nos planos nacionais. Uma percentagem mínima garantida, inscrita em regulamento.

Segunda — que o princípio da parceria seja vinculativo e verificável, com participação efetiva das organizações da sociedade civil na preparação, na monitorização e na avaliação dos planos. Parceria não é auscultação.

DESENVOLVIMENTO LOCAL EM TEMPOS DE TRANSIÇÃO

COMUNIDADES, IMPACTO E DEMOCRACIA ECONÓMICA

Terceira — que a economia social tenha acesso direto aos instrumentos de competitividade e de inovação, e não apenas às rubricas sociais. Se a Europa quer competitividade com coesão, tem de financiar quem faz as duas coisas ao mesmo tempo.

Senhor Secretário de Estado,

Permita-me recuperar três propostas que apresentámos em 2024, neste mesmo auditório, e que continuam a aguardar concretização — acrescentando-lhes uma quarta que o tempo tornou inadiável.

Primeiro: reconhecimento legal. Apresentamos hoje, com a Federação Minha Terra, a Proposta de Estatuto para o Desenvolvimento Local. E reafirmamos a urgência da regulamentação do Estatuto Fiscal do Sector da Economia Social — que continua por concretizar precisamente porque falta reconhecer, em lei, o movimento de desenvolvimento local. Não pedimos um privilégio. Pedimos uma moldura jurídica que corresponda ao trabalho que já existe.

Segundo: financiamento à medida. Instrumentos financeiros ajustados à dimensão e à natureza das nossas organizações — tesouraria, capitalização, custos simplificados, prazos de reembolso compatíveis com quem não tem almofada financeira. Nenhuma associação deveria ter de financiar o Estado com crédito bancário próprio enquanto espera por um reembolso.

Terceiro: contratação pública ao serviço da coesão. A revisão do Código dos Contratos Públicos e a utilização séria de cláusulas sociais. O critério do preço mais baixo não pode continuar a ser o critério que organiza a resposta social num país inteiro. Contratar é escolher que economia se quer.

Quarto: trabalho digno. Carreiras profissionais por sector de atividade, salários justos e combate à precariedade na economia social. Não há sustentabilidade possível assente na generosidade de quem trabalha nestas organizações. Quem cuida do país também tem de ser cuidado.

Fica o nosso apelo, Senhor Secretário de Estado, para que estas quatro medidas sejam inscritas na agenda da governação. **Não pedimos um lugar à mesa por simpatia. Pedimo-lo porque, sem as comunidades, não há transição justa — e sem transição justa não há transição nenhuma.**

Ao longo do dia, contaremos com um debate plural que reúne a academia, decisores públicos, representantes europeus e atores locais cujos temas centrais acompanham exatamente esta ordem de preocupações: a centralidade da economia social na nova estratégia europeia para a competitividade; o lugar do desenvolvimento local na próxima geração de políticas públicas; o financiamento da inovação social; e os instrumentos

DESENVOLVIMENTO LOCAL EM TEMPOS DE TRANSIÇÃO

COMUNIDADES, IMPACTO E DEMOCRACIA ECONÓMICA

legais, fiscais e de contratação pública capazes de transformar reconhecimento político em ação concreta.

Na sessão desta tarde, apresentaremos publicamente a **Proposta de Estatuto para o Desenvolvimento Local**, construída em conjunto pela Animar e pela Federação Minha Terra. Este instrumento legal visa conferir o devido reconhecimento formal às organizações que intervêm diretamente nos territórios, consagrando-as como parceiras do Estado na conceção, execução e avaliação das políticas públicas.

Celebraremos também o impacto transformador das nossas comunidades na **Cerimónia Pública da Distinção Cidadania & Território**, reconhecendo o trabalho exemplar da iniciativa vencedora *Regenerando VdV* da Inteligência Local, bem como as menções honrosas atribuídas aos projetos *Ca(u)sa Comum* e *Cultivando Saúde*.

Agradeço ao IEFP, na pessoa do seu Presidente Dr. Domingos Lopes, pela habitual generosidade e acolhimento neste auditório e todo o apoio da sua equipa.

Agradeço a todas as oradoras e oradores, moderadoras e moderadores, e a todas as entidades parceiras que aceitaram enriquecer esta reflexão coletiva.

E agradeço à Equipa da Animar, pelo profissionalismo, trabalho e dedicação inextinguíveis.

Termino com as três premissas que nos guiam há mais de três décadas e que continuam a resumir a nossa ação:

Proximidade e Diálogo. Antecipar o futuro. Fazer acontecer.

É tempo de colocar o Desenvolvimento Local no centro da agenda política. **Não à margem dos fundos. Não no fim dos programas. Não no parágrafo das boas intenções. No centro.**

Declaramos aberto o Dia do Desenvolvimento Local 2026. Votos de um excelente e profícuo trabalho!

Muito obrigada!

Célia Pereira
Presidente da Direção